



Às nove horas do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1310022008-00; Câmara Municipal de Bannach; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: José Carlos Rodrigues; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Bannach, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de José Carlos Rodrigues, face o pagamento a maior aos Vereadores, com o recolhimento aos Cofres Municipais dos seguintes valores: - R\$ 1.000,00, multa pela remessa intempestiva do RGF do 1º semestre, infringência ao Artigo 5º, inciso I, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; - R\$-5.044,50, relativo a devolução pelo pagamento a maior aos Vereadores, devidamente atualizado. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1130022007-00; Câmara Municipal de Eldorado do Carajás; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Jenean dos Reis Cunha; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Jenean dos Reis Araújo, face o descumprimento do Art. 29-A, I, da CF/88 e a ausência de processo licitatório, com recolhimento ao FUMREAP da seguinte multa: - R\$-5.000,00, pelo descumprimento do Art. 29-A, I, da CF/88 (realização de despesas acima do limite estabelecido) e a ausência de processo licitatório no valor de R\$-77.387,99, com base no Art. 282-I, B, do RI/TCM/Pa". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Dantas acompanharam o Relator. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Jenean dos Reis Araújo, face o descumprimento



do Art. 29-A, I, da CF/88 e a ausência de processo licitatório, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-5.000,00, pelo descumprimento do Art. 29-A, I, da CF/88 (realização de despesas acima do limite estabelecido) e a ausência de processo licitatório no valor de R\$-77.387,99, com base no Art. 282-I, B, do RI/TCM/Pa. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 524902011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Edivaldo Nabiça Leão; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das Contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Oeiras do Pará, exercício financeiro 2011, de responsabilidade de Edivaldo Nabiça Leão, pelas irregularidades graves e danosas ao Erário, com os seguintes recolhimentos: 1) aos Cofres Municipais: a) devolução do valor de R\$-31.469,26 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos) pelo lançamento à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; 2) ao FUMREAP: -R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º (94 dias); 2º (77 dias) e 3º (123 dias) quadrimestres, nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; -R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social e Ata de apreciação das contas, nos termos do caput do Art. 284, do RI/TCM/Pa; -R\$-6.000,00 (seis mil reais), multa pelas despesas não lícitas no valor total de R\$-252.154,30 (duzentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), e pelo não envio do CD com os procedimentos licitatórios do exercício digitalizados, com base no Art. 282, b, do RI/TCM/Pa; -R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$-20.516,26; e não repasse das retenções dos contribuintes ao FUNPREV, no valor de R\$-47.838,02; -R\$-1.000,00 (mil reais), pelo saldo financeiro insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar, em inobservância ao Art. 1º, §1º da LRF, com base no Art. 282, b, do RITCM/PA. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 964382007-00; Fundo Municipal de Saúde de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Márcia Helena Casa Nova Pereira Veloso; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Ourilândia do Norte, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Márcia Helena Casa Nova Pereira Veloso, face a realização de despesas acima dos créditos concedidos e o descumprimento da EC nº 29/2000 (Saúde), com recolhimento ao FUMREAP da seguinte multa: - R\$-5.000,00, pela realização de despesas acima dos créditos concedidos e o descumprimento da EC nº 29/2000, com base no Art. 282-I, B, do RI/TCM/Pa. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Dantas acompanharam o Relator.



81 A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A
82 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das
83 contas do Fundo Municipal de Saúde de Ourilândia do Norte, exercício financeiro de 2007, de
84 responsabilidade de Márcia Helena Casa Nova Pereira Veloso, face a realização de despesas acima
85 dos créditos concedidos e o descumprimento da EC nº 29/2000 (Saúde), **por maioria**, com
86 recolhimento ao FUMREAP da seguinte multa: - R\$-5.000,00, pela realização de despesas acima dos
87 créditos concedidos e o descumprimento da E/C nº 29/2000, com base no Art. 282-I, B, do
88 RI/TCM/Pa. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320042011-**
89 **00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igarapé-Açu; Prestação de Contas – Exercício**
90 **2011; Responsável: Paulo Sérgio da Costa Carrera; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:**
91 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo
92 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
93 pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
94 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
95 decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de
96 Igarapé-Açu - SAAE, exercício de 2011, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15)
97 dias, das seguintes multas: - R\$-500,00 pelo atraso no envio da prestação de contas do 1º e 3º
98 quadrimestres, nos termos do Art. 120-B, I, RI/TCM/PA; - R\$-1.000,00 pelo não repasse ao INSS da
99 totalidade das contribuições retidas, nos termos do Art. 120-A, II, RI/TCM/PA. Com abstenção de
100 voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1034092012-00; FUNDEB de São João**
101 **de Pirabas; Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Luciana Sousa de Queiroz (01/Jan.**
102 **a 30/Abr.) e Anaide Costa Maia (01/Mai. a 31/Dez/2012); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério**
103 **Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.**
104 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
105 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
106 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
107 decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do FUNDEB de São João de Pirabas, exercício de
108 2012, de responsabilidade de Luciana Sousa de Queiroz, período de 01.01 a 30.04 e Anaide Costa
109 Maia, período de 01.05 a 31.12, que deverão recolher, ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, as
110 seguintes multas: Luciana Sousa de Queiroz: R\$-1.001,00, pela remessa fora do prazo da prestação
111 de contas do 1º quadrimestre, na forma do Art. 120-B, II do RI/TCM/PA; R\$-1.000,00 pela não
112 remessa do Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, na forma do
113 Art. 120-A, II, do RI/TCM/PA; R\$-3.001,00, pela remessa fora do prazo da prestação de contas do
114 2º quadrimestre, na forma do Art. 120-B, IV do RI/TCM/PA; R\$-1.000,00, pelo não repasse ao INSS
115 da totalidade das contribuições retidas e R\$-1.000,00 pela não remessa do Parecer do Conselho de
116 Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, na forma do Art. 120-A, II, do RI/TCM/PA. Com
117 abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1283982008-00; Fundo**
118 **Municipal de Assistência Social de Ulianópolis; Prestação de Contas – Exercício 2008;**
119 **Responsável: Rosiane Cristina Costa Santos (período de 01.01 a 31.08.2008) e Ângela Maria**
120 **Machado Moraes (período de 01.09 a 31.12.2008); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:**



Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas de ambas as Ordenadoras, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, sem prejuízo de aplicação de multas cabíveis. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ulianópolis, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade das referidas Ordenadoras, com a expedição dos Alvarás de Quitação nos valores de R\$-1.271.362,78 e R\$-728.061,44, respectivamente, pelas despesas ordenadas, conforme execução financeira individualizada constante as fls. 125 e 126. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201317950-00; Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás; Recurso Ordinário contra a Decisão objeto da Resolução nº 11.114, de 22.08.13 (Prestação de Contas do Governo de 2010); Responsável: Genival Diniz Gonçalves; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para que seja excluída da responsabilidade do Ordenador a irregularidade sanada, e reformada a decisão guerreada, com a emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalva, das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás, exercício financeiro de 2010. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso Ordinário para reformar a decisão objeto da Resolução nº 11.144/2013, com a emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Eldorado dos Carajás a aprovação, com ressalva, das contas de Governo, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade de Genival Diniz Gonçalves, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00, pelo descumprimento do § 3º, Art. 77, do ADCT. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 940022009-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 22.567, de 21.08.12 (Prestação de Contas de 2009); Responsável: Hozana Anunciação Araújo de Souza ; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recuso, mantendo-se a decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial ao Recurso de Revisão para afastar tão somente as falhas relacionadas a Contratação Temporária e a abertura de créditos adicionais, em razão da documentação encaminhada, mantendo-se nos demais termos a decisão anterior prolatada conforme consta do Acórdão nº 22.567, de 21.08.12, para julgar irregular a prestação de contas do exercício de 2009, da Câmara Municipal de Mãe do Rio, sob a responsabilidade da Sra. Hozana Anunciação Araújo de Souza, que deverá recolher aos Cofres Públicos Municipais o montante de R\$-9.970,40 (nove mil, novecentos e setenta reais e quarenta centavos), devidamente atualizado, relativo ao pagamento à maior dos Edis no exercício, para além



161 das multas fixadas, em favor do FUNREAP, nos termos da pretérita decisão: 1 –R\$-3.500,00 (três mil
162 e quinhentos reais), com base no Art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa
163 intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres; 2 –R\$-1.500,00 (hum mil e
164 quinhentos reais), com base no Art. 120-A, III, do Regimento Interno, pelo desrespeito ao Art. 29,
165 VI, da Constituição Federal e, pelos potenciais danos a que fica submetido o Erário Municipal, em
166 função da aplicação de multas e juros sobre encargos patronais não apropriados no exercício devido,
167 bem como pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes,
168 mantendo o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº**
169 **201300330-00; Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Santarém-**
170 **SEMAB;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 22.876, de 18.10.2012
171 (Prestação de Contas de 2004); Responsável: Rosivaldo da Silva Colares; Instrução: 5ª
172 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel
173 Lavareda. Retirado de pauta. **Processo nº 201316642-00; Fundo Municipal de Saúde de**
174 **Soure;** Recurso Ordinário contra a Decisão do Acórdão nº 24.021, de 20.08.2013 (Prestação de
175 Contas de 2007); Responsável: Maria Helena Nazaré Gomes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério
176 Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
177 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
178 manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso para aprovar as contas. A matéria foi
179 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pelo conhecimento e provimento*
180 *parcial do Recurso para reformar a decisão recorrida e aprovar, com ressalva, as contas, com a exclusão das*
181 *falhas quanto a não remessa dos processos licitatórios para as despesas de R\$-24.414,20, credor AEP dos*
182 *Santos e Cia Ltda., e R\$-20.975,95, credor AC Paraense Abdon Ltda, com a manutenção da multa pela*
183 *remessa intempestiva dos procedimentos licitatórios constante do Acórdão nº 24.021, de 20 de agosto de*
184 *2013".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro
185 Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara
186 Lúcia acompanhou o Relator, porém excluiu a multa pela remessa intempestiva dos procedimentos
187 licitatórios constante do Acórdão nº 24.021. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
188 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para reformar a decisão
189 recorrida e aprovar, com ressalva, as contas, com a exclusão das falhas quanto a não remessa dos
190 processos licitatórios para as despesas de R\$-24.414,20, credor AEP dos Santos e Cia Ltda., e R\$-
191 20.975,95, credor AC Paraense Abdon Ltda, **por maioria**, com a manutenção da multa pela
192 remessa intempestiva dos procedimentos licitatórios constante do Acórdão nº 24.021, de 20 de
193 agosto de 2013. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa pela remessa
194 intempestiva dos procedimentos licitatórios constante do Acórdão nº 24.021. **Processo nº**
195 **424252005-00; Fundação Casa da Cultura de Marabá;** Recurso de Revisão contra a decisão
196 do Acórdão nº 20.392, de 30.09.2010 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Noé Carlos
197 Barbosa Von Atzingen - Procurador Wellington Alves Valente (OAB-PA 9.617-B); Instrução: 3ª
198 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;
199 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
200 manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, mantendo-se o teor do Acórdão



rebatido, alterando apenas no que couber. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial ao Pedido de Revisão, alterando-se a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 20.392, de 19.10.10, para considerar regulares, com ressalvas, as contas prestadas por Noé Carlos Barbosa Von Atzingen, referente ao exercício financeiro de 2005, da Fundação Casa da Cultura de Marabá, com a expedição do Alvará de Quitação, no montante de R\$-2.231.323,58 (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200804588-00; Centro de Organização dos Moradores do Bairro do Atalaia (COMBAT); Prestação de Contas do Convênio nº 003/2008, Celebrado com a SEMEC/PMB – Exercício 2008; Responsável: Rosivaldo de Lima Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio de nº 003/2008, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC- PM- PM- Belém e o Centro de Organização dos Moradores do Bairro do Atalaia- COMBAT, por estarem regulares, nos termos do Art. 32, I da Lei nº 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-45.960,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais), em favor do Sr. Rosivaldo de Lima Costa. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201307915-00; Associação Cultural e Desenvolvimento Social da Cremação; Prestação de Contas do Convênio nº 018/2013, Celebrado com a FUMBEL/PMB – Exercício 2013; Responsável: Claudionor Figueiredo de Oliveira Filho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 018/2013, celebrado entre a Fundação Cultural do Município de Belém e a Associação Cultural e Desenvolvimento Social da Cremação, por estarem regulares, nos termos do Art. 32,I da Lei 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais), ao Sr. Claudionor Figueiredo de Oliveira Filho. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201120106-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria – Portaria nº 057/2012, de 14.08.2012; Interessada: Maria Wilma Magno dos Santos; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201217963-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria – Portaria nº 14/2013, de 16.05.2013; Interessada: Sebastiana Ribeiro do Nascimento; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira



241 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
242 decidiu contrário ao registro da Portaria nº 014/2013-IPMMA, de 16.05.2013 (fls. 42), encaminhada
243 pela Presidente do Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre, que concede
244 aposentadoria voluntária, com base no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora
245 Sebastiana Ribeiro do Nascimento, no cargo de "Agente de Portaria", com provento integral no valor
246 de R\$-795,09 (setecentos e noventa e cinco reais e nove centavos), recomendando àquele Instituto
247 que restitua a servidora dos valores descontados indevidamente de seus vencimentos. Com
248 abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201308048-00; Prefeitura**
249 **Municipal de Santa Izabel do Pará; Contratos Temporários -2013 firmados com Jairo Adelson**
250 **dos Santos Mota e outros; Interessado: Gilberto Pessoa - Prefeito Municipal; Ministério Público:**
251 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão:**
252 **Sérgio Dantas (Conselheira Mara Lúcia).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
253 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria
254 foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "*proponho ao duto*
255 *Plenário a negativa de registro dos Contratos Temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Santa*
256 *Izabel e o Senhor Jairo Delson dos Santos Mota e Outros, uma vez que não foram demonstrados os motivos*
257 *geradores da necessidade excepcional das contratações em dissonância com o estabelecido no Artigo 37,*
258 *Inciso IX, da Constituição Federal de 1988*". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia ratificou os termos
259 da proposta apresentada. O Conselheiro Aloísio Chaves divergiu e votou pelo registro do Ato. O
260 Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a divergência levantada pelo Conselheiro Aloísio Chaves,
261 porém acrescentou a aplicação de multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais) em razão da não
262 obediência da diligência efetuada pelo TCM. O Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio
263 José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Conselheiro
264 Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, acompanhando a
265 divergência do Conselheiro Daniel Lavareda, decidiu pelo registro do Ato, com a aplicação de multa
266 no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais) em razão da não obediência da diligência efetuada pelo
267 TCM, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pela negativa de
268 registro do Ato. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves quanto a multa aplicada. **Processo nº**
269 **201316383-00; Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá; Contratos Temporários-2013,**
270 **firmados com Jaqueline do Socorro da Silva e outros; Interessado: Enack da Silva- Presidente ;**
271 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditor convocado para apresentar proposta**
272 **de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheira Mara Lúcia).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
273 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos.
274 A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "*proponho*
275 *ao duto Plenário a negativa de registro do Contrato Temporário nº 020/2012 e seu aditivo, e de nº 001 a*
276 *013/2013 e os Termos Aditivos aos Contratos 020/2012 e de nº's 001, 002, 003, 009,010/2013, firmados*
277 *entre a Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá e a Senhora Jaqueline do Socorro da Silva e Outros, em*
278 *razão de que não foram demonstrados os motivos geradores da necessidade excepcional das contratações, em*
279 *dissonância com o estabelecido no Artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal de 1988*". **Em votação**: a
280 Conselheira Mara Lúcia ratificou os termos da proposta apresentada. O Conselheiro Aloísio Chaves, o



281 Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o
282 Conselheiro Sérgio Leão acompanharam a Relatora. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
283 **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato. Com abstenção do Conselheiro José
284 Carlos Araújo. **Processo nº 201310060-00; SESMA/PMB; Contratos Temporários; Interessado:**
285 Paulo Roberto Cruz de Moraes e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
286 Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
287 seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente aos registros dos Contratos. A
288 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
289 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos
290 Temporários, na forma do voto do Relator. Com abstenção do Conselheiro José Carlos Araújo.
291 **Processo nº 201113024-00; Prefeitura Municipal de Marabá; Convênio- 2011; Convênio**
292 S/Nº, firmado com a Fundação Social Paroquial Anjos da Misericórdia; Responsável: Maurino
293 Magalhães de Lima; Instrução: 5º Controladoria Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth
294 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o
295 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A
296 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
297 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastro do Ato, com
298 a anexação a prestação de contas respectiva, nos termos do voto do Relator. Com abstenção do
299 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201311919-00; Câmara Municipal de**
300 **Itupiranga; Subsídio – Resolução nº 006/13, de 16.04.13, que fixa os Subsídios dos Vereadores;**
301 Interessado: Raimundo Costa Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
302 Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
303 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi
304 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
305 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento da Resolução nº 006/13, de
306 16/04/2013, nos termos do voto do Relator. Com abstenção do Conselheiro José Carlos Araújo. Às
307 dez horas e dezessete minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão.
308 **Processo nº 201303647-00; Câmara Municipal de Ourilândia do Norte; Subsídio 2013 – Lei**
309 Municipal nº 532/2013, que concede revisão salarial aos Servidores da Prefeitura Municipal;
310 Interessado: Maurilio Gomes da Cunha; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
311 Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha
312 Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
313 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor
314 apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pelo cadastramento do Ato*”. **Em votação:** o Conselheiro José
315 Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo
316 Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio
317 José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
318 decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel
319 Lavareda. **Processo nº 201312501-00; Câmara Municipal de Cumaru do Norte; Subsídio –**
320 2013; Resolução nº 005/2012 que dispõe sobre os Subsídios dos Vereadores; Interessado: Muthiana



321 Sobreira Alves; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor
322 convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta.
323 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e pronunciou-se da
324 seguinte maneira: "*Comunico ao Colendo Plenário que os autos nº 201307496-00, 201302419-00,*
325 *201315041-00 e 201020657-00, todos Contratos Temporários de Pessoal exceto o ultimo que trata de*
326 *Concurso Público serão encaminhados à Secretaria para distribuição entre os Auditores nos termos do Art.*
327 *72,II, do RI/TCM/PA".* **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
328 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e
329 cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
330 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e três de
331 setembro de dois mil e quatorze.
Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão